

Felix Magno
Von Döllinger

Das causas
de exclusão da
ilicitude penal
legislação comum e militar



*Conselho Editorial*

Doutor Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – Brasil

Doutora Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves
Professora da Universidade de Lisboa – Portugal

Doutor Georges Martyn
Professor da Universidade de Ghent – Flanders/Bélgica

Doutora Agata Cecilia Amato Mangiameli
Professora da Universidade de Roma II – Itália

Doutora Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
Professora Titular da USP – Brasil

Doutor Stelio Mangiameli
Professor da Universidade de Teramo – Itália

Doutor José Geraldo de Sousa Junior
Professor Titular da Universidade de Brasília – Brasil

Doutor Joaquim Portes de Cerqueira César
Doutor em Direito Constitucional pela PUCSP – Brasil

Doutor Thomas Law
Doutor em Direito Comercial pela PUCSP – Brasil

Doutor Marcelo Figueiredo
Professor da PUCSP – Brasil

Doutor João Grandino Rodas
Professor Titular da USP – Brasil

Editor Chefe

Plácido Arraes

Editor

Tales Leon de Marco

Produtora Editorial

Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico

Leticia Robini

Diagramação

Bárbara Rodrigues

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Copyright © 2022, D'Plácido Editora

Copyright © 2022, Felix Magno Von Döllinger

Belo Horizonte

Av. Brasil, 1843, Savassi, Belo Horizonte, MG – CEP 30140-007

Tel.: 31 3261 2801

São Paulo

Av. Paulista, 2444, 8º andar, cj 82, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR INSTAGRAM/EDITORADPLACIDO

1218692

Catálogo na Publicação (CIP)

Döllinger, Felix Magno von
 D665 Das causas de exclusão da ilicitude penal : legislação comum e militar / Felix Magno Von Döllinger. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2022.
 208p.

ISBN 978-65-5589-484-4

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



*
 Rodapé



Sumário

<i>Prefácio</i>	13
<i>Apresentação</i>	15
<i>Introdução</i>	21
1. DA ILICITUDE PENAL	29
1.1. ILICITUDE PENAL, BEM JURÍDICO E ANTINORMATIVIDADE.....	29
1.2. A ILICITUDE COMO ELEMENTO DO CRIME.....	32
1.3. ESTRUTURA E FUNDAMENTAÇÃO DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	36
1.4. SISTEMATIZAÇÃO DOS TIPOS JUSTIFICADORES (TEORIAS MONISTAS E DUALISTAS).....	42
1.5. FONTES DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	44
1.6. ELEMENTOS SUBJETIVOS DOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	45
1.7. REGRAS COMUNS AOS TIPOS JUSTIFICADORES.....	46
1.8. ANÁLISE DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE NO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	47
2. DA LEGÍTIMA DEFESA	51
2.1. TEORIAS QUE FUNDAMENTAM A LEGÍTIMA DEFESA.....	51

2.2. REQUISITOS DA LEGÍTIMA DEFESA.....	57
2.2.1. Agressão atual ou iminente.....	58
2.2.2. Defesa de direito próprio ou alheio.....	60
2.2.3. Emprego moderado dos meios necessários.....	65
2.3. LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA E RECÍPROCA.....	68
2.4. <i>ABERRATIO ICTUS</i> NA LEGÍTIMA DEFESA.....	70
2.5. LEGÍTIMA DEFESA SUCESSIVA.....	72
2.6. LEGÍTIMA DEFESA: TENTATIVA, CRIMES CULPOSOS, CONTINUADOS/PERMANENTES.....	75
3. DO ESTADO DE NECESSIDADE.....	77
3.1. ORIGEM E TEORIAS FUNDAMENTADORAS.....	77
3.2. REQUISITOS DO ESTADO DE NECESSIDADE.....	85
3.2.1. Perigo atual ou iminente.....	85
3.2.2. Indispensabilidade do ato.....	94
3.2.3. Elemento subjetivo: intenção de salvar o bem do perigo.....	94
3.2.4. Ausência do dever legal de enfrentar o perigo.....	95
4. DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	97
4.1. CONCEITO.....	97
4.2. REQUISITOS DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	99
4.2.1. Dever legal.....	99
4.2.2. Ânimo de cumprimento do dever.....	103
4.2.3. Cumprimento estrito do dever legal.....	105
4.3. ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E A ATIVIDADE DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	106
4.4. DIFERENÇA ENTRE ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA.....	110
5. DO EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO.....	121
5.1. CONCEITO.....	121
5.2. OFENDÍCULOS.....	124
5.3. LESÕES PRATICADAS NO ESPORTE.....	127

6. DO CONSENTIMENTO DO OFENDIDO	131
6.1. CONCEITO	131
6.2. BEM JURÍDICO E INTERESSE.....	132
6.3. TEORIAS FUNDAMENTADORAS.....	136
6.3.1. Negócio jurídico.....	136
6.3.2. Teoria de FEUABACH.....	136
6.3.3. Teoria da ação jurídica.....	137
6.3.4. Falta de interesse do titular do bem jurídico.....	138
6.3.5. Política criminal.....	138
6.3.6. Autodeterminação do indivíduo.....	138
6.3.7. Aquiescência, acordo e consentimento.....	139
6.3.8. O consentimento como causa de atipicidade da conduta.....	140
6.3.9. O consentimento como causa de exclusão da ilicitude.....	140
6.4. CONSENTIMENTO DO OFENDIDO NOS CRIMES CULPOSOS.....	142
6.5. CONSENTIMENTO DO OFENDIDO: BONS COSTUMES E ORDEM PÚBLICA.....	142
6.6. REQUISITOS DO CONSENTIMENTO DO OFENDIDO.....	144
6.6.1. Interesse individual.....	145
6.6.2. Capacidade de autodeterminação daquele que consente.....	145
6.6.3. Conhecimento do consentimento por parte do agente.....	147
6.7. CONSENTIMENTO PRESUMIDO E PUTATIVO.....	147
6.8. LESÕES PRATICADA DURANTE INTERVENÇÕES MÉDICAS.....	150
6.8.1. Teorias sobre a licitude do tratamento médico.....	150
6.8.2. Tratamento médico sem consentimento do paciente.....	153
 7. DO EXCESSO PUNÍVEL	 175
7.1. CONCEITO E MODALIDADES DE EXCESSO	177
7.2. MODALIDADES DE EXCESSO.....	181

8. DA RELAÇÃO ENTRE AS EXCLUDENTES DE ILICITUDE, O ERRO DE TIPO E O ERRO DE PROIBIÇÃO	189
8.1. TEORIA EXTREMADA DO DOLO (OU ESTRITA DO DOLO).....	190
8.2. TEORIA LIMITADA DO DOLO	191
8.3. TEORIA EXTREMADA DA CULPABILIDADE	192
8.4. TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE.....	193
9. DA QUESITAÇÃO DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE E DO EXCESSO NO TRIBUNAL DO JÚRI	195
Referências	199